

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

Murilo Kazuo Iwassake

Ensino em Odontologia e o cuidado à saúde de pessoas LGBTI+

Florianópolis

2022

Murilo Kazuo Iwassake

Ensino em Odontologia e o cuidado à saúde de pessoas LGBTI+

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Odontologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Cirurgião-Dentista em Odontologia.

Orientador: Prof. Rodrigo Otávio Moretti-Pires,
Dr.(a)

Coorientador: Prof. João Batista de Oliveira Junior,
Me.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Iwassake, Murilo Kazuo

Ensino em Odontologia e o cuidado à saúde de pessoas
LGBTI+ / Murilo Kazuo Iwassake ; orientador, Rodrigo
Otávio Moretti-Pires, coorientador, João Batista de
Oliveira Junior, 2022.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Saúde, Graduação em Odontologia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Odontologia. 2. LGBTI+. 3. Ensino superior. 4.
Gênero e saúde. 5. Odontologia. I. Moretti-Pires, Rodrigo
Otávio. II. Junior, João Batista de Oliveira. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Odontologia. IV. Título.

Murilo Kazuo Iwassake

Ensino em Odontologia e o cuidado à saúde de pessoas LGBTI+

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Cirurgião Dentista e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Odontologia

Florianópolis, 23 de novembro de 2022.



Prof.(a) Gláucia Santos Zimmermann, Dra.
Coordenação do Curso

Banca examinadora



Prof. Rodrigo Otávio Moretti-Pires, Dr.
Orientador



Prof. Zeno Carlos Tesser Junior, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.(a) Valeska Maddalozzo Pivatto, Me.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

Dedico esse trabalho a todos os seres de luz, materiais e espirituais, que guiaram a minha caminhada até aqui. Não sou eu, somos nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que estiveram na minha caminha até aqui. Vocês foram peças fundamentais para me tornar um ser humano melhor me ensinando quem ser e quem não ser diante das alegrias e dificuldades da vida. Em especial, agradeço à minha família, principalmente ao meu pai **Mario Kazuo Iwassake**, à minha mãe **Miltes Maria de Souza Iwassake** e à minha **irmãzinha Letícia Hideko Iwassake** que não mediram esforços para prover suporte emocional, físico e financeiro não só durante a minha jornada acadêmica, mas por toda a vida. Seus esforços sempre serão lembrados com muito amor e carinho. Agradeço aos meus avós, por toda ancestralidade e bravura de vencer na vida que carrego com tanto orgulho. No entanto, agradeço principalmente ao meu falecido avô **Jonas Pereira de Souza**, o qual descobriu a minha habilidade de escrita canhota, sempre me incentivou aos estudos e sonhou comigo em ser “dotô”. Vô, hoje posso te orgulhar e honrar nosso sonho, obrigado por me cuidar tanto de onde tu estás. Aos meus **amigos e colegas**, toda gratidão. Aos **servidores e professores** da Universidade Federal de Santa Catarina, todo meu respeito, amor e admiração. Vocês, muitas vezes, foram o espelho de tudo que eu sempre quis e não quis ser como profissional e ser humano. Em especial, agradeço a **João Batista de Oliveira Junior, Mônica Machado Cunha e Mello, Stephany Yolanda Ril e Virgínia de Menezes Portes**, por me orientarem na escrita desse trabalho tão rico e pessoal. Ao meu orientador **Rodrigo Otávio Moretti-Pires**, todo meu carinho e admiração. Obrigado por mostrar que o ensino pode ser empático, humano e afetuoso. Ao meu namorado **Edson Machado Francisca** e sua família, obrigado por tudo e por tanto. Gratidão também à **Deus** e todos os **mentores espirituais** que me ampararam em todos os momentos da vida, em especial aos meus padrinhos que me deram colo e entendimento quando ninguém mais pôde. Hoje, me orgulho em dizer que tenho uma família material e espiritual. Por fim, gratidão a quem fui e a quem sou, por nunca desistir de sonhar e lutar por quem quero ser.

*Vovó diz: Odiar o diabo é mó boi, difícil é viver no inferno
E vem à tona, que o mesmo império canalha, que não te leva a sério
Interfere pra te levar a lona
Revide!*

(EMICIDA, 2019)

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi originalmente escrito no formato de artigo científico, com o objetivo de ser submetido à Revista Trabalho, Educação e Saúde, em parceria com os pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, Me. João Batista de Oliveira Junior, Me. Mônica Machado Cunha e Mello, Me. Virgínia de Menezes Portes, Me. Stephany Yolanda Ril e Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires. Este Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado na seguinte sequência:

Introdução

Objetivos

Artigo científico

Considerações finais

Referências

Anexos

RESUMO

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Odontologia (DCN) congregam diretrizes e estratégias importantes para formação do cirurgião-dentista. A formação profissional a partir do pilar o ensino-aprendizagem-vivência, definida por Finkler et al (2010) acontece pautada tanto no currículo formal, quanto no currículo oculto e paralelo. Objetivo: Analisar a percepção de graduandos do curso de graduação em Odontologia no processo formativo quanto a percepção entre acolher e suportar o paciente, e a experiência clínica adquirida durante a formação - e como o currículo do curso impacta nesse processo – ou através de outros meios. Método: Foi executada com graduandos do curso de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma pesquisa qualitativa exploratória, síncrona e virtual por meio de grupos focais online (GFO), seguindo o modelo proposto por Fricker (2012). Resultado: A partir da análise dos grupos, identificou-se três núcleos de sentido: “Vou usar o máximo do que eu aprendi sem ser questão curricular”; “Acolher é diferente de suportar”; e “Eu não tenho experiência nisso, as únicas coisas que eu vejo, às vezes, são no Instagram”. Dessa forma, questões como a abordagem preconceituosa quanto a temática por meio dos discentes; a associação da população LGBTI+ com doenças infectocontagiosas, como o HIV; e algumas questões de gênero, raça/cor e sexo que atravessam todas as outras questões anteriores, foram as mais frequentes durante a análise. Conclusão: Em ambos os grupos, o ensino de saúde LGBTI+ no curso é escasso e ineficiente. Observa-se um despreparo tanto dos discentes, quanto dos docentes na abordagem das questões de gênero e sexualidade, o que impacta no acolhimento, entendimento e atendimento dessa população. Além disso, a qualidade generalista, humanista, crítica e reflexiva do profissional formado pautado em princípios éticos e legais propostos pelas DCNs, conflitam com a urgência da necessidade em incluir no currículo temáticas sensíveis à população LGBTI+.

Palavras-chave: LGBTI+; Gênero e saúde; Odontologia; Ensino superior.

ABSTRACT

The National Policy on Comprehensive Health for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, and Transsexuals (PNSILGBT) and the National Curriculum Guidelines for Dentistry (DCN) bring together meaningful guidelines and strategies for training dental surgeons. Professional training based on the teaching-learning-experience pillar, defined by Finkler et al. (2010), is based on the formal, the hidden and the parallel curriculum. Objective: To analyze the perception of graduate students of the undergraduate course in Dentistry in the training process regarding the perception between welcoming and supporting the patient, and the clinical experience acquired during training - and how the course curriculum impacts this process - or through other means. Method: An exploratory, synchronous and virtual qualitative research was carried out with undergraduate students of the Dentistry course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) through online focus groups (OFM), following the model proposed by Fricker (2012). Result: From the analysis of the groups, three cores of meaning were identified: "I'm going to use as much of what I've learned without being a curricular issue"; "Welcoming is different from enduring"; and "I have no experience in this, the only things I sometimes see are on Instagram, In this way, there is issues that prejudiced the approach to the theme through the students; the association of the LGBTI+ population with infectious diseases, such as HIV; and some questions of gender, race/color, and sex that cross all the other previous questions, they were the most frequent during the analysis. Conclusion: In both groups, LGBTI+ health teaching in the course is scarce and inefficient. There is an unpreparedness of both students and professors in dealing with gender and sexuality issues, which impacts the reception, understanding, and care of LGBTI+ population. In addition, the generalist, humanist, critical and reflective quality of trained professionals based on ethical and legal principles proposed by the DCNs, conflict with the urgent need to include themes sensitive to the LGBTI+ population in the curriculum.

Keywords: LGBTI+; Gender and health; Dentistry; University education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| PNSILGBT | Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais |
| DCN | Diretriz Curricular Nacional |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| GFO | Grupo Focal Online |
| LGBTI+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| CNE/CES | Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| HD | <i>Hard Disk</i> |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| SECNS | Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde |
| MS | Ministério da Saúde |
| CEPSH | Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos |
| IST | Infecção Sexualmente Transmissível |
| HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| OBJETIVOS | 18 |
| OBJETIVO GERAL | 18 |
| OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 18 |
| ARTIGO | 19 |
| CONCLUSÃO | 42 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| ANEXO 1 – ATA | 45 |
| ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) | 46 |
| ANEXO 3 – QUESTÕES NORTEADORAS GRUPO FOCAL | 47 |
| ANEXO 4 – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS (CEPSH) | 48 |
| ANEXO 5 – FORMULÁRIO DE TRIAGEM DE GRADUANDOS PARA PESQUISA | 52 |
| ANEXO 6 – TERMO DE ANUÊNCIA | 54 |

INTRODUÇÃO

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e demais identidades de gênero (LGBTI+) é historicamente vulnerabilizada e excluída na sociedade, fazendo com que a garantia do acesso à saúde a essas pessoas seja uma questão a ser pensada e debatida nas universidades e nas clínicas-escola dos cursos de graduação das ciências da saúde. Com a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) em 2011 pelo Ministério da Saúde (MS), o incentivo e o debate acerca da formação dos profissionais capacitados para o acolhimento humanizado e a livre de discriminação, abriu um espaço para a inclusão de temas como diversidade sexual e de gênero nos currículos e cursos de graduação na área da saúde no país.

Entretanto, entre a implementação de uma política que visa a inclusão e aplicação clínica da mesma, há um grande número de barreiras - principalmente na questão do acesso - que incluem a falta de conhecimento sobre as especificidades da saúde LGBTI+, o que vai gerar uma má guarnição de cuidados (BONVICINI, 2003). Segundo Khalili et al. (2015), lésbicas, gays e bissexuais enfrentam dificuldades em encontrar um profissional competente ao lidar com a temática. Assim como a população transgênero, a qual encara barreiras no acesso a serviços preventivos, assim como profissionais despreparados para atendê-la (SILVA, 2017; RADIX, 2014). Ademais, a manutenção das violências no atendimento aliadas às escassas oportunidades de prestação de serviços em saúde e ao baixo índice de educação em saúde LGBTI+ no curso de Odontologia, instiga a constatação do quão necessário é o estudo desse grupo demográfico e das suas especificidades. (ELIASON, 2011; RUTHERFORD et al., 2012 TAYLOR et al; 2018).

Sendo assim, compreendendo a necessidade de formação de profissionais de saúde no que se refere ao tema de diversidade sexual, optou-se por trazer a discussão e articulação teórica nesta pesquisa, estudos realizados por Michel Foucault e Judith Butler. Michel Foucault traz a noção de biopoder em “a história da sexualidade” apontando que o sexo é regulado socialmente, através de um dispositivo que regula quais sexualidades são mais e menos aceitas (FOUCAULT, 2015). Judith Butler, pautando-se em Foucault e outros autores, acrescenta à

discussão a cisheteronormatividade e de que há, socialmente, uma ideia linear sobre identidade de gênero, sexo e desejo sexual, ou seja, de que as pessoas uma vez lidas como homem possuem um pênis e se relacionam afetivamente com mulheres, ou aquelas lidas como mulher possuem uma vagina e se relacionam afetivamente com homens (BUTLER, 2013). A regulação do sexo através desses pressupostos cria uma noção de que, na sociedade somente existem pessoas cisgêneras e heterossexuais, portanto, as pessoas LGBTI+ são lidas como fora de norma, o que justifica, nesse raciocínio, sua exclusão na sociedade.

É nesse contexto que esta pesquisa é pensada, buscando identificar como está a formação dos profissionais de Odontologia no curso da Universidade Federal de Santa Catarina depois de 10 anos da implementação da PNSILGBT no que se refere ao atendimento às pessoas LGBTI+ e no debate acerca a diversidade de gênero na universidade. Posto isso, essa pesquisa buscou analisar como o graduando do curso de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) percebe seu processo de formação quanto o atendimento da população LGBTI+ e de suas especificidades e o impacto da estrutura curricular no aprendizado da temática.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a percepção de discentes do curso de graduação em odontologia no processo de formação para o atendimento da população LGBTI+.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar se há diferença entre acolher e suportar dentro do serviço de atendimento à comunidade externa nas clínicas odontológicas da UFSC pelos discentes;

Verificar se a experiência no atendimento à população LGBTI+ é adquirida durante a formação ou por outros meios;

Identificar na fala dos participantes o impacto que a estrutura curricular do curso de odontologia tem no aprendizado da temática da saúde LGBTI+;

ARTIGO

RESUMO

Introdução: Dentre os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) e devido ao histórico de marginalização associados às especificidades da população LGBTI+ criou-se, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT). Uma ação importante, visto que o ambiente acadêmico se utiliza do conceito de heterossexualidade compulsória para potencializar a heteronormatividade e a cisgeneridade na formação do odontólogo. **Objetivo:** Analisar como os graduandos do curso de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) percebem e experienciam sua formação curricular para com a saúde LGBTI+. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória por meio de grupos focais *online* (GFO) com graduandos de Odontologia da UFSC de modo síncrono e virtual, de acordo com o modelo proposto por Fricker (2012). **Resultado:** Foram identificados três núcleos de sentidos: “Vou usar o máximo do que eu aprendi sem ser questão curricular”; “Acolher é diferente de suportar”; e “Eu não tenho experiência nisso, as únicas coisas que eu vejo, às vezes, são no *Instagram*”. **Conclusão:** Percebeu-se que para formar um profissional coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), urge a necessidade de incluir no currículo as temáticas sensíveis à população LGBTI+ assim como de outras minorias.

Palavras-chave: LGBTI+; currículo; Odontologia; políticas públicas de saúde.

ABSTRACT

Introduction: Among the guiding principles of the Sistema único de Saúde (SUS) and due to the history of marginalization associated with the specificities of the LGBTI+ population, it was created in 2011 The National Policy for Comprehensive Health of Lesbians, Gays, Bisexuals and Transgender (LGBT). It is an important action since the academic environment uses the concept of compulsory heterosexuality to enhance heteronormativity and cisgender in dental training. **Objective:** To analyze how undergraduate students of the Dentistry course at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) perceive and experience their curricular training toward LGBTI+ health. **Method:** An exploratory qualitative research was carried out through online focus groups (OGF) with UFSC Dentistry undergraduates synchronously and virtually, according to the model proposed by Fricker (2012). **Result:** Three core meanings were identified: “I’m going to use as much of what I’ve learned without being a curricular issue”; “Welcoming is different from enduring”; and “I have no experience in this, the only

things I sometimes see are on Instagram”. **Conclusion:** It was noticed that to form a professional consistent with the National Curriculum Guidelines (DCN), there is an urgent need to include themes sensitive to the LGBTI+ population as well as other minorities in the curriculum.

Keywords: LGBTI+; Curriculum; Dentistry; Health public policies.

RESUMEN

Introducción: Entre los principios rectores del Sistema Único de Saúde (SUS) y debido a la historia de marginación asociada a las especificidades de la población LGBTI+, fue creada en 2011 la Política Nacional de Salud Integral de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Transgénero (LGBT). Es una acción importante ya que el ámbito académico utiliza el concepto de heterosexualidad obligatoria para potenciar la heteronormatividad y cisgénero en la formación odontológica. **Objetivo:** Analizar cómo los estudiantes de graduación de la carrera de Odontología de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) perciben y viven su formación curricular hacia la salud LGBTI+. **Método:** Se realizó una investigación cualitativa exploratoria a través de grupos focales en línea (OGF) con estudiantes de graduación en Odontología de la UFSC de forma sincrónica y virtual, según el modelo propuesto por Fricker (2012). **Resultado:** Se identificaron tres significados centrales: “Voy a utilizar todo lo aprendido sin que sea un tema curricular”; “Acoger es diferente de soportar”; y “No tengo experiencia en esto, lo único que a veces veo es en Instagram, **Conclusión:** Se percibió que para formar un profesional acorde con las Directrices Curriculares Nacionales (DCN), urge incluir temas sensibles a la población LGBTI+ así como otras minorías en el currículo.

Palabras clave: LGBTI+; Plan de estudios; Odontología; Políticas Públicas de Salud.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a consolidação do direito à saúde no Brasil, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, instituída em 1988. Dentre os princípios e diretrizes do SUS configuram-se a universalidade, integralidade e igualdade de assistência à saúde, garantindo o acesso à saúde a todos cidadãos brasileiros sem preconceitos, atendendo e acolhendo as particularidades de cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde (Brasil, 1990). A garantia do acesso à saúde das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais (LGBTI+) tem sido pauta de discussão nas agendas públicas desde o advento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, conhecida por sua

sigla em inglês HIV. A atenção às especificidades dessa população no que se refere ao atendimento à saúde é constantemente reivindicada pelo movimento social, que, desde a década de 1980, têm conseguido alguns avanços na criação de políticas públicas que garantam o cumprimento do princípio da integralidade previsto no SUS. Embora avanços tenham sido conquistados, muitos desafios ainda estão presentes tanto na elaboração de novas políticas, quanto na efetivação daquelas já existentes (TREVISAN, 2018).

No que se refere às políticas públicas de saúde para as pessoas LGBTI+, em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) com objetivo de garantir o acesso à saúde para essa população historicamente marginalizada, e respeitar as individualidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais (BRASIL, 2013). A elaboração dessa política acontece a partir do reconhecimento da complexidade da saúde LGBTI+ por meio de diálogos realizados entre profissionais de saúde, o movimento social e o Ministério da Saúde. A PNSILGBT prevê dentre suas diretrizes: “contribuição para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBTI+ por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança (...)” (BRASIL, 2013). A partir disso podemos compreender a capacitação de todos os profissionais de saúde para lidar com a saúde LGBTI+ como um dos pilares para o acesso dessa população a saúde.

Sendo assim, a formação do profissional de saúde ocorre de diversas formas, sendo influenciada diretamente pelo currículo instituído. Por currículo, se entende o conjunto de experiências vivenciados no processo de formação, através dos conhecimentos, estímulos e experiências que os estudantes recebem e que geram diferentes vivências no processo formativo (GALI, 1989). O currículo formal sofre bastante influência das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a versão atual do DCN, instituída pela resolução CNE/CES 3, em 21 de junho de 2021 do curso de Odontologia, menciona pela primeira vez as questões relacionadas às minorias sexuais e de gênero, apontando que o profissional deve considerar “as necessidades de saúde dos usuários e das populações, incluindo as dimensões ética, humanística e social, orientadas para a cidadania e para os direitos humanos [...]” (BRASIL, 2021 p. 6). Assim, podemos pensar que discussões acerca da sexualidade e da cisheteronorma como elementos importantes a serem debatidos nos cursos de odontologia bem como nos demais cursos de saúde.

A sexualidade e sua regulação são apresentadas por Michel Foucault como uma forma de docilização de corpos, tratando-se também do que o filósofo conceitua como

biopoder. Para o autor, o biopoder é uma tecnologia de poder indispensável para o desenvolvimento do capitalismo como forma de controle dos corpos e da população em que a invenção e articulação discursiva que culmina no dispositivo da sexualidade se torna a tecnologia de poder central no controle das populações a partir do século XXI (FOUCAULT, 2015). Neste contexto, as escolas e o ambiente acadêmico são potenciais reprodutores e mantenedores do dispositivo da sexualidade, enquanto regulador de práticas sexuais aceitas ou não na sociedade, e muitas vezes replicada em saberes médicos. Relações normativas e reguladoras produzem padrões que, inevitavelmente, excluem possibilidades de existência, pois aquilo que foge a norma é compreendida como desviante, dissidente e abala identidades e saberes formados. Dessa forma, em muitos casos, saberes médicos podem replicar padrões quando pautados em dogmas e distantes do saber científico. Assim, compreende-se a heterossexualidade e a cisgeneridade como normativas das relações afetivas proveniente do biopoder apontado por Foucault.

Segundo Warner (1994), o processo de enxergar a heterossexualidade como um pressuposto dado e natural, foi sustentado, produzido e reproduzido ao longo da história do ocidente por instituições sociais, como o Estado, o mercado, a família patriarcal burguesa, dentre outras, construindo a chamada “heteronormatividade”. Assim como a heteronormatividade, a cisgeneridade também impõem a padronização da suposta naturalidade entre os gêneros e os sexos biológicos (RAMIREZ, 2014). É corroborando este raciocínio que a filósofa Judith Butler apresenta a noção de “matriz de inteligibilidade”. Considerando a matriz como uma estrutura, tal como descrito na linguagem matemática, a matriz de inteligibilidade é apresentada pela autora como decorrente de práticas discursivas que regula as identidades como sendo todas compulsoriamente heterossexuais e cisgêneras, carregando uma relação direta entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2013). É a partir dessas leituras que este trabalho compreenderá a heteronormatividade e a cisgeneridade enquanto matrizes de inteligibilidade que produzem violências e discriminações nas experiências de populações consideradas de sexualidades dissidentes. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de discentes do curso de graduação em odontologia no processo de formação para o atendimento da população LGBTI+.

METODOLOGIA

O presente estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa exploratória. A coleta de dados foi realizada através do desenvolvimento de GFO síncronos por meio de

videoconferências na internet, de acordo com o modelo proposto por Fricker (2012), sendo executados na plataforma Zoom. Destaca-se que a formação de grupos presenciais no momento da pesquisa estava impedida, devido às orientações de distanciamento social como medida de prevenção às infecções por COVID-19, adotadas nas universidades federais do Brasil.

O objeto do estudo foram estudantes do curso de graduação em Odontologia da UFSC. Foram incluídos estudantes em estágio avançado do curso de Odontologia, que já estivessem na prática clínica dentro do percurso no curso, assim a composição dos GFO se deu por alunos entre o sétimo e o décimo semestre do curso. Os critérios de exclusão foram as dificuldades de acesso à internet que não permitiram aos interessados utilizar o sistema de webconferência disponibilizado pelos pesquisadores.

A fase de recrutamento foi realizada por meio de um formulário online, para captação de alunos voluntários. Neste instrumento os alunos interessados em participar da pesquisa se inscreveram e se identificaram para, posteriormente, serem selecionados através do método *snowball*, conforme descrito por Bernard (2017). Foi considerado para o recrutamento marcadores sociais da diferença, como gênero e raça/cor com fins de caracterizar uma maior diversidade e representatividade dentro dos GFO (BERNARD, 2017).

Os participantes foram contatados através dos seguintes meios virtuais: Email, WhatsApp e Instagram. Na ocasião, o pesquisador explicou, de forma detalhada, a temática, a relevância e os objetivos da pesquisa, incluindo a leitura e elucidação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 2). Classificou-se os voluntários da pesquisa de acordo com a identidade de gênero e orientação sexual, formando assim dois grupos: a) pessoas LGBTI+ e b) pessoas cisheterossexuais. Os grupos foram realizados no mês de dezembro de 2020 e contaram com a seguinte organização:

Quadro 1 – Organização dos Grupos Focais Online

| Total dos Estudantes selecionados para os GFO (n=10) | |
|--|--|
| GFO A Pessoas LGBTI+ (n=5) | <ul style="list-style-type: none"> • 2 homens autodeclarados brancos e homossexuais • 1 mulher autodeclarada negra e lésbica • 1 mulher autodeclarada branca e lésbica • 1 mulher autodeclarada branca e bissexual |
| GFO B Pessoas Cisheterossexuais (n=5) | <ul style="list-style-type: none"> • 3 mulheres brancas heterossexuais • 2 homens brancos heterossexuais |

Fonte: autoria própria

Os grupos tiveram duração de uma hora e trinta minutos (em média) e todo o material audiovisual foi gravado, armazenado em um *Hard Disk* (HD) externo e transcrito na íntegra para, posteriormente, serem analisados (FRICKER, 2012; BERNARD, 2017).

Em conformidade com as orientações técnicas para realização dos GFO, os grupos foram acompanhados por dois pesquisadores, sendo que um deles se responsabilizou pela moderação, e o outro teve a função de relator e responsável por questões técnicas, tais como, controlar qualidade da gravação e entrar em contato com algum participante que, por acaso, ficasse sem conexão ou saísse da reunião online sem avisar. Para o desenvolvimento da conversa foram realizadas perguntas disparadoras que nortearam a temática, mas permitindo que o grupo se sentisse à vontade para encaminhar as interações da forma que lhe fizesse sentido. Foi explicado, que conforme a técnica dos grupos focais, o silêncio seria considerado como concordância com a fala do integrante, solicitando que divergências e outros aspectos relevantes fossem verbalizados (MINAYO, 2000; BOSI e MERCADO, 2007).

Cabe sinalizar que o grau de elaboração da moderação do GFO e das perguntas norteadoras variam em relação aos objetivos a serem alcançados com a técnica e ao arcabouço teórico que servem como base para a pesquisa. Neste sentido, após as explicações iniciais, o moderador do GFO realizou a primeira pergunta norteadora: “Gostaria que vocês relatassem o que aprenderam sobre saúde da população LGBTI+ durante o seu curso de graduação” e as outras perguntas disparadoras (Anexo 2), conforme necessário para o andamento da discussão do grupo (FRICKER, 2012).

Durante os grupos focais foram feitas poucas intervenções por meio do moderador e, quando necessárias, se deram com o intuito de oferecer esclarecimentos de terminologia, características, eventos ou sentidos específicos para os estudantes, de forma que não se tornaram compreensíveis sem a explicação deles, sendo assim realizados questionamentos não-estruturados (MINAYO, 2000; BOSI e MERCADO, 2007; FRICKER, 2012).

Para a análise do material lançou-se mão da análise temática que identifica nos dados obtidos temas recorrentes apontados pelos participantes da pesquisa. Os temas são cuidadosamente identificados a partir de pressupostos teóricos trazidos pelos pesquisadores, assim um exercício de vai e vem entre teoria e o conteúdo das entrevistas é realizado afim de agrupar os achados em grandes temas para a discussão do resultado (SOUZA, 2019).

Conforme os aspectos éticos previstos da Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Ofício Circular n° 2/2021/CONEP/SECNS/MS, o qual apresenta orientações acerca da preservação, proteção e direitos dos participantes em

pesquisas no ambiente virtual, este projeto, do qual o estudo faz parte, foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC) sob número 39242920.1.0000.0121 (Anexo 4). Todos os participantes que responderam o questionário de triagem do projeto (Anexo 5) - feito através de um *link* de acesso ao Google Formulários - receberam o TCLE via e-mail. Dessa forma, foi necessário que o(a) participante respondesse o e-mail antes de participar dos grupos focais, declarando consentimento. Além disso, a pesquisa só aconteceu após assinado o Termo de Anuência (Anexo 6) pela coordenadora do curso de Odontologia Professora Doutora Glaucia Santos Zimmermann sob responsabilidade do Professor Doutor Rodrigo Otávio Moretti Pires.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados dos grupos focais, foi possível identificar três núcleos de sentidos, a saber: 01) “Vou usar o máximo do que eu aprendi sem ser questão curricular”; 02) “Acolher é diferente de suportar”; e 03) “Eu não tenho experiência nisso, as únicas coisas que eu vejo, às vezes, são no *Instagram*”. Destaca-se que os núcleos foram intencionalmente intitulados com frases dos próprios interlocutores da investigação.

No primeiro núcleo, procurar-se-á se ater aos relatos que ultrapassam a seara da formação profissional, demonstrando como a experiência pessoal e subjetiva dos interlocutores são atravessadas cotidianamente pela cisheteronormatividade. Já no segundo, foram agrupados temas que afetam a atuação profissional em Odontologia, enfatizando os sentimentos de despreparo e insegurança com relação às questões éticas, apontadas pelos estudantes. Por fim, o terceiro núcleo aponta uma lacuna na discussão da temática de gênero e diversidade sexual durante a formação em Odontologia. Esta será preenchida pelas mídias sociais, que se configuram como potencializadoras de debates contemporâneos assim como as questões de gênero e diversidade sexual.

1) “Vou usar o máximo do que eu aprendi sem ser questão curricular”

Essa categoria problematiza o discurso cisheteronormativo e suas possíveis implicações na formação de dentistas, especialmente no que tange ao cuidado à saúde LGBTI+. Os resultados obtidos apontam para a complexidade da formação de profissionais de saúde no atendimento à população LGBTI+. Neste núcleo de sentido, foram elencadas falas dos(as) interlocutores(as) dos grupos focais, que demonstram como a prática clínica também é atravessada pelos pressupostos subjetivos que cada pessoa traz consigo. Nas

indagações das práticas clínicas, pudemos observar a cisheteronormatividade atuando como referência nas relações sociais, contribuindo e influenciando diretamente na dificuldade de pensar outras formas para o cuidado à saúde da população LGBTI+. Assim, o reflexo da padronização da cisgeneridade e da heterossexualidade como a existência “normal” pode ser observado na fala de uma interlocutora ao relatar sua vivência na prática clínica:

A primeira pergunta era: sexo. Teoricamente não precisava perguntar porque eu sabia que ele era o homem hétero e tudo mais, mas aí eu perguntei: sexo, olhei pra ele e ele falou: masculino, mas aí ele pensou “é hoje em dia é importante a gente fazer esse tipo de pergunta, né”, não sei o quê, daí eu fui no automático assim. [...] Assim, não sei se vocês já fizeram talvez de nem fazer a pergunta.

Neste trecho é possível notar a aplicação de um conhecimento prévio pessoal que fundamenta o reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual do paciente que permite o não questionamento do item “sexo” presente no prontuário clínico odontológico. É neste conhecimento prévio que reside o que se denomina de cisheteronormatividade, trazendo marcadores ao gênero masculino e feminino que vão desde estilos de cortes de cabelo, passando por acessórios e tipos de roupa que marcam um determinado corpo. A existência da cisheteronormatividade apartada de um olhar crítico é especialmente complexa no âmbito da clínica médica, ou odontológica. Como apontado por Judith Butler (2013) a cisheteronormatividade reside na pressuposição de uma correspondência direta entre gênero e sexo, entre o órgão genital e características secundárias e a expressão social dos indivíduos masculinos e femininos. Neste sentido, sem um olhar crítico o fazer clínico de um cirurgião dentista se torna especialmente complexo quando atravessado pela cisheteronormatividade, resultando em falas como “nem sei fazer a pergunta”, apontando para um constrangimento desses futuros profissionais ao preencher o campo “sexo” no prontuário de um paciente. Como justificativa ao constrangimento pode-se apontar a declaração de que a/o dentista “sabia” que se tratava de “um homem hétero e tudo mais”. Essa certeza sobre o sexo do outro apontada nesse trecho nos convida a refletir sobre o que Foucault chama de biopoder, um poder exercido sobre os corpos produzindo normas e leituras de como devem ser esses corpos. É importante apontar que, como aponta Foucault, o biopoder é um dispositivo que compõe a construção de subjetividades, e que nesta análise nos permite afirmar que a declaração emitida pela(o) participante da pesquisa não se trata de uma opinião pontual, mas sim de um reflexo da cisheteronorma (FOUCAULT, 2015).

Ainda sobre a cisheteronorma destacamos a seguinte declaração “(...) eu acho que o atendimento acaba sendo padrão para todo mundo, independente da orientação, justamente por a gente não ter esse conhecimento”. De acordo com Alonso (2022), a prática

cisheteronormativa vai na direção do modelo biomédico hospitalocêntrico e tem imperado na formação de profissionais de saúde, implicando em barreiras de acesso para populações LGBTI+, dado aos altos níveis de exclusão, resultando assim, em uma maior exposição a fatores de risco para o desenvolvimento de morbidades.

O modelo biomédico é compreendido como aquele que possui a doença como centro da prática clínica, desconsiderando a realidade sócio-histórica do paciente que culmina num processo de apagamento de determinados grupos sociais (população negra, indígena, pessoas com deficiências, entre outras) (ALONSO, 2022). Esse modelo reduz o sujeito a sua doença transformando-o em um objeto a ser analisado pelo profissional de saúde, assim, o saber sobre a “doença” ou a queixa apresentada reside no clínico, ou, no caso desta pesquisa, no dentista. Esse processo contribui para o apagamento de realidades e subjetividades que o dentista desconhece, conforme apontado no grupo focal: “Se a gente não tem essas informações, tudo fica num padrão, né? Que é o que a gente faz nos atendimentos, a gente finge que não existe”. A problematização sobre esse processo de dessubjetivação das pessoas LGBTI+ é trazida à tona no grupo de pessoas LGBTI+: “Isso, que não é um respeito, não sofreu uma violência explícita, mas não ser considerado, ou ser o tempo todo lida como hétero ou fora da norma é uma falta de respeito e tem muita gente que não vai saber disso”. Ainda em relação ao apagamento das pessoas LGBTI+ temos o relato: “pessoas bis no curso não existem. Principalmente quando elas namoram. Eu namoro com um homem, então eu sou hétero”.

O apagamento das pessoas LGBTI+ em consultórios clínicos, particulares ou públicos configura uma violência, pois não é incomum esperar que essas pessoas se pronunciem, e que “saiam do armário”. O tabu sobre o debate das sexualidades proveniente do biopoder instaura espaços específicos para falar sobre questões sexuais assim como delimita esse assunto às pessoas LGBTI+:

Eu entendo quem não se pronuncia muito porque apesar disso tudo ser muito importante, às vezes a pessoa até sabe, é insuportável você não poder só existir você ter que ficar resistindo e educando as pessoas ao teu redor o tempo todo. Isso é muito, muito cansativo, e às vezes as pessoas só querem existir e serem incluídas e tratadas como todo mundo ao seu redor, mas não, elas precisam, para ser incluídas, ter que ficar brigando pelo espaço delas. E quanto mais caixinhas de exclusão elas tiverem, mais elas vão ter que fazer isso. Se ela for um gay cisgênero branco, ela vai ter que fazer menos. Agora se for uma travesti preta tem que ficar fazendo isso o tempo todo, porque, senão ela vai ser tão fantasma ali dentro. Ninguém não vai nem enxergar.

A denúncia do cansaço sofrido pelas pessoas LGBTI+ em discutir sobre a cisheteronormatividade, e assim afirmar sua existência, não raramente é vista como agressiva: “Por que acabou que eu virei um estigma. Sempre que eu levanto a mão pra falar na sala é ‘a que quer lacrar’ é a ‘problematizadora’ é a ‘cheia de ódio’ é a ‘cheia de raiva’ é a que ‘tem que ter mais amor no coração’”.

Nesse contexto, podemos pensar a pessoa LGBTI+ como aquela responsável em educar o dentista, ou a que tem que “sair do armário” e falar da sua condição enquanto pessoas LGBTI+, fora do padrão cisheteronormativo esperado pelos profissionais de saúde. Considerando que se trata de espaço que muitas pessoas procuram em momentos de fragilidade de saúde, esse processo de se posicionar e explicar uma condição não esperada pelo dentista pode ser caracterizado como violento. A falta de discussão desses aspectos em sala de aula estimula a uma pessoa, cisheterossexual declarar:

Eu acho que vai além do que a gente tem no currículo ou não, sabe? Por que vai de cada um, por que a gente vai tirar do que a gente sabe por fora e procurar atender da melhor forma. Pelo menos eu penso assim, se eu tiver com experiência em atender alguém, quanto eu tiver, vou usar o máximo do que eu aprendi sem ser questão curricular (hétero cis).

Assim, trazer discussões sobre as pressuposições que apagam pessoas LGBTI+ nos consultórios odontológicos é uma forma importante para lidar com a exclusão dessas pessoas e assim, problematizar o processo de atribuir às pessoas LGBTI+ a responsabilidade de falar sobre suas particularidades, uma vez que os profissionais de saúde deveriam estar qualificados para debater sobre questões referente à sexualidade, independente da identidade de gênero e/ou orientação sexual de seus pacientes.

2) “Acolher é diferente de suportar”

Foram apresentadas questões referentes à atuação profissional no que tange ao acolhimento das pessoas LGBTI+, uma vez que os participantes da pesquisa reconhecem a necessidade de acolhimento desta população nos serviços de saúde, porém relatam dificuldade de operar, na prática este acolhimento. Essas questões ficam evidenciada por meio dos desafios no processo formativo identificada pelos estudantes, com destaque para questões como o despreparo, a insegurança - a partir de ótica da formação ética - que envolvem o atendimento à essa população, dentre elas: a preocupação em garantir o direito ao nome social

e a identidade de gênero, insegurança diante do manejo de situações de violência e da garantia do acesso integral aos serviços de saúde, extrapolando os cuidados odontológicos.

A concepção de formação ética utilizada será a definida por Finkler et al (2010), a qual propõe o entendimento de ética a partir da contextualização no processo de formação profissional, tendo como pilar o ensino-aprendizagem-vivência da ética, cujo compromisso é com valores humanizadores e com a constituição da identidade profissional ao longo da graduação. O que significa afirmar que a formação ética visa contribuir para a reflexão, ação e reação do/a estudante diante das situações profissionais a partir de uma determinada forma ou tipos de atitudes. O receio dos(as) estudantes em garantir uma abordagem inclusiva se traduz nos excertos abaixo:

“Tenho um grande receio de ofender, principalmente, perguntando qual é o pronome para as mulheres lésbicas que não performam feminilidade, sabe?”.
 “Essa questão de perguntar o pronome e tal, é uma pergunta que não é nada naturalizada para a gente né, então é uma questão assim pra gente parece que a gente está perguntando uma coisa ofensiva assim né, e na verdade não é”.

Os trechos mencionados revelam a insegurança dos(as) futuros(as) profissionais em perguntar como a pessoa gostaria de ser chamada, o receio de questionar acerca do pronome a ser utilizado revela o quão as questões de identidade, orientação e expressão de gênero necessitam ser analisadas e dialogadas em diferentes âmbitos da sociedade, especialmente, com futuros/as profissionais de saúde, uma vez que trata-se de um debate estigmatizado. Tal situação revela o compromisso ético em responder de forma coerente às pautas que vêm formando a agenda dos direitos das pessoas LGBTI+ nos últimos anos. Neste sentido, compreende-se uma preocupação com o acolhimento de forma integral, uma vez que os(as) interlocutores(as) se preocupam com a forma de garantir os direitos das pessoas LGBTI+, respeitando o pronome/nome social, ou seja, aquele pelo qual as pessoas preferem ser chamados(as), não sendo o nome do registro civil, que não corresponde ao gênero com o qual se identificam. A utilização do nome social nos serviços de saúde é garantida por meio da Portaria nº 1.820/2009, que assegura o uso do nome de preferência (BRASIL, 2009). A garantia da utilização do nome social impede o constrangimento e contribui para o acesso aos serviços de saúde, garantindo o acesso de maneira equânime e a garantia de direitos à saúde. No entanto, como afirma Silva et al. (2017), a realidade dos serviços de saúde revela que a consolidação das ações estabelecidas na Política de Saúde Integral LGBTI+, dentre elas o uso do nome social, dependem do bom senso dos profissionais, por se tratarem de ações descentralizadas e institucionais.

A insegurança em relação à conduta profissional ultrapassa a utilização do pronome/nome social, os trechos revelam a insegurança profissional em ter que lidar com possíveis casos que envolvem violências, como podemos analisar abaixo:

“Por que eu acho que não basta você ir lá e denunciar, sabe? Você tem que acolher. [...] E a gente deve ser chave nesse acolhimento, e a pessoa chega até a gente né e eu acho que isso não é falado na nossa graduação, não é conversado. A gente nem sabe que a notificação de violência é compulsória”.

Percebemos uma preocupação do(a) futuro(a) profissional quanto ao acolhimento dessa população frente a situações de violências. A afirmação aborda a relevância do(a) profissional de odontologia estar preparado para conduzir de forma integral, interdisciplinar e multiprofissional - extrapolando a condução clínica - os casos de violência da pessoa que relata ter vivido algum episódio de violência, além disso, destaca a centralidade deste profissional na condução, sendo vista como “chave” no processo. Diante disso, o fato de não saber que a violência se configura como um agravo de notificação compulsória - que envolvem desde a identificação dos casos de violência até o registro obrigatório -, também fica evidenciado na narrativa. O manejo das questões que envolvem violências, sejam elas psicológicas, físicas, sexual, patrimonial e moral, dentro e fora dos serviços de saúde, exige olhares multiprofissionais e ações intersetoriais, no entanto, a identificação dessas situações, assim como o registro são elementos cruciais e são de responsabilidade dos profissionais de saúde. Para Carletto e Santos (2020), a formação odontológica circunscreve-se em um modelo biologicista, curativo e pensado a partir de espaços privados, como consultórios e clínicas, cujo acesso é individual e fragmentado. No Brasil, historicamente o atendimento odontológico apresenta como características a livre demanda do usuário e baseia-se nas ações curativas sob uma concepção flexneriana, reflexos do processo profissional formativo (CARLETTO E SANTOS, 2020).

A perspectiva crítica acerca da atuação profissional é identificada também diante da recepção dos serviços de saúde de forma geral, não apenas no atendimento do profissional de odontologia. Ao refletir acerca dos serviços de saúde, o excerto abaixo revela uma preocupação com o acolhimento da população LGBTI+ desde a chegada aos serviços até o atendimento odontológico:

“Acho que não existe assistência à saúde para pessoas trans eu acho que elas não se sentem confortáveis nem para chegar ao sistema de saúde, quem dirá serem atendidas por profissionais tão despreparados quanto nós”.

A inexistência da assistência à saúde é salientada, revelando os aspectos que afastam essa população dos serviços de saúde, sobretudo, por compreender o desconforto diante das situações de preconceito, negligência e possíveis violências institucionais. Flauzino e Angelini (2022), apontam que a população LGBTI+ irrompe a cisheteronormatividade contribuindo para que seu acesso seja marcado pelas dificuldades de operacionalização, uma vez que tudo o que os torna “diferentes” resulta em uma resposta inapropriada nos serviços de saúde.

Ainda, nesse sentido e em publicação recente, Miskolci et al. (2022), ao refletir acerca dos desafios de saúde da população LGBTI+ nos cenários do SUS, salienta o estigma e a discriminação dos profissionais de saúde em relação à população LGBTI+. Tal cenário é responsável por uma série de problemas no acesso às redes de atenção à saúde, além das limitações nos sistemas de informação do SUS, que resultam na falta de informações cruciais sobre essa população. Os autores chamam atenção para a necessidade de formação/qualificação profissional para os temas. A concepção que envolve o olhar dos(as) futuros(as) profissionais que permite a identificar a concepção “acolher é diferente de suportar”, evidencia-se no excerto abaixo, o qual além de apresentar conhecimento sobre as diferenças entre identidade de gênero e sexo biológico, relaciona com a possibilidade deste profissional reproduzir violência ou cuidado de formar integral e acolhedora. Além disso, estabelece uma relação de consequência, afirmando que, ao se sentir violentada, essas pessoas irão acessar outras fontes de conhecimento - que não os científicos e técnicos - dentre elas as redes de amizades, publicações na internet, caracterizando uma busca empírica pelo conhecimento a fim de evitar situações violadoras.

“E o que que eu imagino que aconteça quando essas pessoas chegam lá, elas sofrem a violência por que desconsideram a identidade de gênero dela. Trata a identidade de gênero dela baseada no órgão sexual e acontece que tudo que se deveria saber sobre as especificidades dessa pessoa, são desconsideradas. Então não sei se esse profissional vai estar, realmente, promovendo saúde, nesse quesito, ou se ele só está sendo mais um agente de violência e afastando a pessoa do sistema de saúde, do serviço de saúde e fazendo com que a pessoa trans, simplesmente ache que é melhor pesquisar no Google do que ir no médico, por que pelo menos no Google, ela não sofre violência, ela não é invalidada, ou troca experiências com os amigos. Eu acho que esse é o acesso à saúde que as pessoas trans têm: empirismo”.

A lógica do “pelo menos” trazida no trecho acima, explana o olhar crítico e sensível do(a) futuro dentista que reconhece os possíveis impactos excludentes do sistema de saúde e

de seus profissionais ao negligenciar as especificidades desta população, tais como: o respeito à identidade de gênero, orientação sexual e questões biológicas, como o olhar clínico para as ações de cuidado relacionadas ao órgão sexual. Ao refletir sobre tais fatores que reforçam e perpetuam contextos violentadores como o mencionado, Bento (2014), afirma que a manutenção de situações em que a pessoa precisa ser lembrada de sua suposta inadequação ou condição extraordinária, obriga-lhe a depender da benevolência de terceiros para “ajustar o sistema”, ou seja, reforça o mecanismo da cidadania a conta-gotas em que ocorre a segregação das pessoas trans pelo governo.

A preocupação com a futura conduta profissional, sobretudo no que compete à identificação do despreparo, da insegurança e das questões éticas que envolvem o atendimento à essa população relatada pelos estudantes, explana não apenas um olhar crítico para as habilidades e competências deste núcleo profissional, mas sim, uma percepção ampla acerca do acesso à saúde das pessoas LGBTI+. Esse processo é fruto da análise densa e articulada com o macro contexto na atualidade, uma vez que, apesar dos desafios históricos na busca por direitos desta população, o cenário brasileiro tem sido marcado por uma onda reacionária e conservadora, resultando em retrocesso e na agudização das iniquidades. Como bem destacado por Miskolci et al. (2022), ao afirmar que no cenário brasileiro tem intensificado as tentativas de (re)patologização das pessoas LGBTI+, além de deslegitimar suas necessidades em saúde. Assim sendo, torna-se central a problematização acerca da formação de profissionais de saúde acerca dos conteúdos sobre saúde LGBTI+, uma vez que são abordados de maneira limitada e algumas vezes superficial.

Ao analisar a percepção de discentes do curso de graduação em odontologia no processo de formação para o atendimento da população LGBTI+, identificamos que lacunas importantes relacionadas ao processo formativo cujos pilares são a cisgeneridade e a heterossexualidade - os quais resultam na sensação de despreparo e insegurança no atendimento à essa população futuramente. No entanto, diante da preocupação com as questões como garantir o direito ao nome social e a identidade de gênero, manejar situações de violência, e garantir o acesso integral aos serviços de saúde, extrapolando os cuidados odontológicos, reconhece-se o comprometimento ético desses estudantes, uma vez que o compromisso ético está ligado à reflexão sobre a formação do caráter e com a capacidade de nortear comportamentos (CORTINA, 2003).

Por isso, ao preocupar-se com tais aspectos na atuação profissional, entende-se o compromisso ético dos(as) discentes que tecem uma análise crítica para a formação,

apontando lacunas importantes, as quais resultam do reconhecimento da necessidade de considerar as pluralidades e com elas as necessidades específicas em saúde. Reconhecendo assim que “acolher é diferente de suportar” justamente porque requer atuar a partir de uma concepção a qual exige o respeito aos direitos humanos, baseando-se na liberdade, na igualdade e na solidariedade.

3) “Eu não tenho experiência nisso, as únicas coisas que eu vejo, às vezes, são no *Instagram*”

O ponto de análise desta sessão se dará a partir de três pilares da formação, apontados por Gali (1989) e Rego (1994), sendo o currículo formal, o currículo oculto e o currículo paralelo. O currículo formal se traduz pela pretensão de formação prevista e regulamentada em regimento, o currículo oculto é entendido como um processo paralelo ao currículo formal, ao qual os estudantes recebem um conjunto de experiências e estímulos que não são planejados, mas que constituem a formação desses profissionais a partir da cultura dominante e dos valores compartilhados nesse contexto. O currículo paralelo se caracteriza pelas experiências extracurriculares (estágios, projetos de pesquisa/ensino, etc.) que alteram o rumo da formação pensada.

Tendo em vista a recente inclusão de aspectos relacionados à população LGBTI+, o curso de odontologia - assim como os demais cursos na área da saúde - se mostra bastante deficitário quando se pensa nos cuidados em saúde da população LGBTI+ (RUSSEL; MORE, 2016). Os(as) participantes da pesquisa relataram uma lacuna na formação acadêmica de Odontologia no que se refere à saúde LGBTI+, suas particularidades e como atuar praticamente na clínica com essas pessoas. Foi comum o relato de pessoas que buscam, na internet, em conversas com demais colegas informações de como agir, acolher bem as especificidades da saúde dessa população. Essa prática permeia a formação dos(as) discentes e se mostra enquanto um componente importante, pois muitos(as) estudantes buscam em outras fontes e muitas vezes compartilham esse conhecimento com demais colegas do curso.

Existe pouca evidência de debate em torno de cuidados de saúde LGBTI+ nos cursos de Odontologia, o estudo de Hillenburg (2016) aponta que alguns cursos não apresentam nenhum conteúdo voltado para a população LGBTI+ e que parte dos diretores não consideram a necessidade da inserção dessa temática nos currículos, tal realidade pode ser observada nos trechos a seguir:

“A gente não aprende isso direito, a gente aprende na marra atendendo paciente direto, a gente não aprende a como tratar paciente antes”.

“O que eu tenho conhecimento não é nada, assim, vindo do currículo do meu curso”.

A ausência de conteúdos que versem a saúde da população LGBTI+ na grade curricular formal, pode se relacionar ao distanciamento ainda existente da odontologia do campo das ciências sociais. Apresentando uma formação fragmentada e focada nas questões biológicas. Ainda, a grande influência mercadológica, pautada nas relações econômicas produtivistas distanciam ainda mais das discussões humanitárias e voltada para a dimensão social (BARA; ROMÁN, 2016).

A falta de conteúdos relacionados às questões de gênero e sexualidade apontam para uma formação que tem o intuito da construção e manutenção de um “corpo educado” dentro dos moldes de poder e saber, ou ainda do biopoder (LOURO, 2013; FOUCAULT, 2015). Isso se agrava quando os poucos estudos existentes na área da odontologia estão relacionados às infecções sexualmente transmissíveis (IST's) (HILLENBURG, 2016). Essa associação direta é fruto de preconceitos e discriminações a partir de estereótipos compartilhados socialmente e reproduzidos nos espaços de formação e prática profissional, se mostrando como uma barreira e lacuna na formação, não apenas profissional, como também de cidadania, conforme observa-se abaixo:

“Só sobre o HIV que falavam que era mais comum em Gays. Só isso que eu lembro, eu não lembro de mais nada, assim, relacionado à LGBT durante a faculdade e, como eu falei, eu não lembrava nem se realmente a gente teve ou se eu li só numa apostila”.

“o tradicional que é ligar o público Gay com o HIV em Paciente Especiais e a professora comentou da prevalência da AIDS em homens que são gays e também em travestis”.

Para além do currículo formal, as falas dos participantes demonstram a existência de um currículo oculto, sobretudo, expressado pelas distintas dinâmicas formativas que levam a construção de profissionais pouco sensíveis, tendo sua formação pautada em uma matriz cisheteronormativa (LACERDA, 2002; JARDIM, 2016). Essa afirmativa é baseada na falta de conteúdos e espaços para discussão e sobretudo, no interesse, atitudes e comportamentos do corpo docente quando se trata de assuntos relacionados à população LGBTI+.

“A gente não tem um preparo. Isso não é muito abordado na graduação. Por parte dos professores eu sinto que eles fingem que não existe questão LGBT”.

"Tá, mas o que que é isso aí? É um menino, uma menina?" [...] A gente conhece alguns professores que costumam falar o que vem na telha. A gente não tem uma discussão aberta dentro de sala de aula".

As falas anteriores demonstram um despreparo que atravessa a formação dos docentes e se relaciona diretamente com a formação profissional. As atitudes e comportamentos discriminatórios por parte de professores revela não só um despreparo, mas uma reprodução de preconceitos de forma explícita ou velada sendo uma forma de manutenção das estruturas discriminatórias (MORETTI et al, 2019).

Os comportamentos e as atitudes de professores, colegas e outros atores envolvidos no processo de formação, repercutem para além da atuação dos futuros profissionais, mas também no acolhimento de estudantes LGBTI+ que se deparam em espaços reprodutores de violência, experimentando no próprio ambiente formativo, diferentes formas de discriminação e preconceito, sendo frutos da constituição do currículo oculto, como expressado na fala a seguir:

"Quando era caloura e eu entrei na recepção as pessoas abriram assim, parecia que tava todo mundo repelindo assim, por que quando eu entrei na recepção entrei de mão dada com uma menina e essa foi minha recepção de caloura."

Sobre currículo oculto, um estudo realizado por Cheng e Yang (2015) buscou estudar a relação de gênero e o currículo oculto em estudantes de medicina por meio de análise de discurso. O estudo apontou cinco características do currículo oculto na temática, a saber: estereótipo de gênero no conhecimento fisiológico; tratamento enviesado de mulheres; divisões de trabalho estereotipadas baseadas em gênero; assédio sexual e ambiente hostil e ridicularização da população LGBTI+. Os resultados evidenciaram que os professores e estudantes auxiliaram na reprodução de uma cultura heterossexual masculina e sexismo, implicando na mitigação de oportunidades de aprendizado e autoestima de estudantes mulheres e LGBTI+. O estudo salientou que as aulas formais e as atividades extracurriculares e informais contribuíram para a consolidação das normas heterossexuais masculinas e sexismo estereotipado; o estudo também sugeriu três estratégias para integrar a temática de gênero na educação médica: separar o conhecimento fisiológico da estereotipificação de gênero no modo de ensino; iluminar a importância da sensibilidade de gênero na linguagem utilizada dentro e fora das salas de aula pelos professores e estudantes e ampliar os horizontes de professores e estudantes por meio da exemplificação de experiências de pessoas excluídas e discriminadas, particularmente LGBTI+ e outras minorias. Quando os alunos têm interesses

peçoais na temática, acabam buscando de maneira individual conteúdos complementares, seja em conversas com outros colegas, em outros espaços na universidade e principalmente nas buscas pela internet. Nesse sentido, vivenciamos o terceiro pilar, o currículo paralelo:

“E na questão de se é relevante a identidade de gênero eu acredito que sim [...] só que eu não tenho experiência nenhuma nisso, não tive ainda na clínica. As únicas coisas que eu vejo as vezes é no Instagram”

“acho que no nosso currículo não muito que englobe, quando a gente quer alguma coisa, a gente acaba recorrendo pro restante da UFSC pra ter mais conhecimento. O que eu tenho conhecimento não é nada, assim, vindo do currículo do meu curso, é o que eu converso com amigos, o que me ensinam, o que me explicam. É uma coisa que eu fui atrás ‘extracurricularmente’ e acabei conhecendo. O que eu tenho de segurança é isso, assim, improvisos”.

Vale ressaltar que a busca de formação complementar foi mencionada majoritariamente nos grupos com pessoas LGBTI+, ou seja, pessoas afetadas direta ou indiretamente por essa problemática. As falas expressam a fragilidade da formação dos profissionais de saúde e demonstram que esse contexto ainda é baseado na matriz cisheteronormativa e que a ampliação dessa questão depende do interesse dos estudantes. A formação se dá em um contexto complexo, portanto, as vivências formativas não só podem, como devem ser plurais e a formação complementar é componente fundamental. No entanto, quando se trata de temáticas tão importantes, como o cuidado das populações vulneráveis e estigmatizadas, os currículos formais devem garantir formação mínima para a sensibilização dos futuros profissionais e não podem ficar reféns do interesse dos(as) acadêmicos(as) na busca individual por esse conteúdo para desestabilizar a prática fragmentada e biologicista encontrada no atendimento às pessoas LGBTI+ (CARLETTO E SANTOS, 2020).

Ainda, a internet, sobretudo, as redes sociais, foram citadas como uns dos principais espaços procurados por estudantes na busca de informações e formação complementar a respeito da saúde e do manejo relacionados à população LGBTI+. Esse fato revela a fragilidade da formação e um alerta importante, pois a internet se configura por um local complexo e com informações diversas e amplas. Esses espaços demonstram diversas potencialidades, como a facilidade de acessar informações, encontrar diferentes conteúdos, comparar e ainda compartilhar, porém, apresentam barreiras relacionadas a credibilidade, qualidade, a veracidade e excesso de informação (DE MARTINO et al., 2017; WANG et al., 2019) que podem alimentar ainda mais um cenário discriminatório pautadas em conteúdos com teor preconceituoso ou informações não confiáveis e sem teor científico.

Brasileiro e Almeida (2021), realizaram um estudo sobre as barreiras à informação em saúde nas mídias sociais e apontaram importantes barreiras que podem ser pensadas nesse

contexto, como a desinformação, caracterizada por informações errôneas ou equivocadas; a barreira do Letramento, traduzida pela dificuldade de encontrar informações relevantes ou conhecimento digital limitado; e as barreiras emocionais, relacionadas à dificuldade na tomada de decisões, a partir das informações obtidas por conta de sentimentos de ansiedade, medo, desânimo entre outros. Portanto, a invisibilização das minorias sexuais e de gênero no contexto formativo é demonstrado como uma grande barreira no campo da odontologia. Mesmo sendo prevista, de maneira bastante recente pela DCN, as questões relacionadas às minorias sexuais e de gênero são pautadas em uma prática fragmentada e baseada em condutas morais. Neste sentido, o currículo paralelo se mostrou um meio para obtenção de informações complementares por parte dos estudantes com interesse na temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto profissionais de saúde, odontólogos(as) precisam problematizar a cisheteronormatividade para compreender que o sujeito, usuário(a) das políticas públicas de saúde é plural, diverso e complexo, não sendo somente cisgênero e heterossexual. O periódico britânico *British Dental Journal in Practice* têm se atentado à importância da visibilidade de cuidados às pessoas LGBTI+ e publicado orientações para que a prática odontológica seja mais inclusiva e respeitosa para com essa população que muitas vezes se apresenta mais vulnerável, em razão do preconceito e da discriminação que atravessa as suas existências.

Sendo assim, dentre as formas de tornar o atendimento odontológico mais acolhedor para as pessoas LGBTI+, apontamos o rompimento com a pressuposição da cisgeneridade e da heterossexualidade, pois frases desta ordem podem ser gatilhos emocionais de violência homo/transfóbica. As perguntas com relação à sexualidade e gênero podem ser desconfortáveis para o(a) profissional cisgênero heterossexual, mas para o(a) paciente LGBTI+ proporcionam um espaço de visibilidade, onde a sua experiência pessoal é reconhecida e acolhida.

Nesse sentido, o medo da discriminação é, inclusive, um dos fatores que mais afasta a população LGBTI+ dos serviços de saúde (WESTGARTH, 2021; GILLIVER, DIMITROFF, 2021). Neste sentido, se faz importante que os(as) profissionais reflitam sobre abordagens de atendimento mais acolhedoras e humanizadas. Ao realizar uma breve busca no *site* do Conselho Federal de Odontologia brasileiro com os descritores “LGBT”, “LGBTI+”, “diversidade sexual”, “diversidade de gênero” e “sexualidade, e infelizmente não foi

encontrado nenhum resultado, o que demonstra que, apesar da existência da PNSILGBT e das novas DCN, estes não atingiram ainda nem o profissional, nem seus órgãos reguladores.

Por fim, no que tange ao acolhimento das pessoas LGBTI+ nos serviços de saúde, com ênfase na atuação odontológica, reconhece-se a necessidade de acolhimento dessa população a partir de atuação profissional baseada no ensino-aprendizagem-vivência da ética, comprometida com valores humanizadores, inclusivos e integrais capazes de acolher e não suportar o atendimento e o cuidado em saúde.

Dessa forma, a formação superior necessita abordar temas dos determinantes sociais em saúde, afim de que apure o olhar do futuro cirurgião para as diversas relações do indivíduo com a sociedade, cultura, fatores psicossociais, éticos e legais no processo de saúde-doença. Para tanto, faz-se necessário que temas relacionados à saúde LGBTI+ sejam amplamente trabalhados nas salas de aula dos cursos de graduação em odontologia, rompendo com as lacunas observadas nos achados dos GFO.

Portanto, urge a necessidade da curricularização de temáticas sensíveis à população LGBTI+ assim como de outras minorias, afim de que a instituição de ensino superior em Odontologia cumpra com a formação de um profissional/egresso com um perfil crítico e reflexivo e que seja capaz de atuar compreendendo a realidade social, econômica e cultural do seu paciente e do seu meio.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, L. S. O Modelo Biomédico dos Corpos Brancos Cisheteronormativos e as Barreiras de Acesso à Saúde para os Corpos Desviantes. **In: Revista Estudos Libertários – UFRJ**, v. 04, n. 10, pp. 49-65, 2022. ISSN: 2675-0619. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/49660>>. Acesso em: 18 nov 2022.
- BARA, F. E. ; ROMÁN, B. **¿Quo Vadis, Universidad?**. Barcelona: UOC, 2016.
- BENTO B. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Contemporânea, v. 4, n. 01, 2014.
- BOSI, M. L. M., MERCADO, FJ. **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde**. Petrópolis: Ed. Vozes; 2007.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 15 jun 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. PORTARIA Nº 1.820: Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Brasília: Ministério da Saúde**. 1º ed. 2009.

Disponível em:

<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>. Acesso em 15 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Brasília: Ministério da Saúde**. 1ªed. 2013. Disponível em:

<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>. Acesso em 17 jul 2022.

BRASILEIRO, F. S.; ALMEIDA, A. M. P. Barreiras à informação em saúde nas mídias sociais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, 2021. DOI: 10.20396/rdbci.v19i00.8667199. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8667199/27644>> . Acesso em: 18 nov 2022.

BUTLER, J. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2013. 236 p. Tradução de: Renato Aguiar.

CANAVESE, D; POLIDORO, M; SIGNORELLI, M. C; MORETTI-PIRES, R. O; PARKER, R.; TERTO JR, V. Pela urgente e definitiva inclusão dos campos de identidade de gênero e orientação sexual nos sistemas de informação em saúde do SUS: o que podemos aprender com o surto de monkeypox? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222711.12902022<. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/MXkL3NDTbwrLm4g7pjsYGrz/>> . Acesso em: 18 nov 2022.

CARLETTO, A. F.; SANTOS, F. F. A atuação do dentista de família na pandemia do Covid-19: o cenário do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 03, 2020. DOI: 10.1590/S0103-73312020300310. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/physis/a/Kx69PrD3wbpT686zCF56pxp/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov 2022.

CHENG, LF; YANG, HC. Learning about gender on campus: an analysis of the hidden curriculum for medical students. **Medical Education**. 2015 Mar;49(3):321-31. DOI: 10.1111/medu.12628. PMID: 25693991. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/medu.12628>>. Acesso em: 18 nov 2022.

CORTINA, A. O fazer ético: guia para a educação moral. São Paulo: **Moderna**, 2003. 119 p.

DE MARTINO, I.; D'APOLITO, R.; MCLAWHORN, A. S.; FEHRING, K. A.; SCULCO, P. K.; GASPARINI, G. Social media for patients: benefits and drawbacks. **Current Reviews in Musculoskeletal Medicine**, v. 10, n.1, p. 141–145, 2017. DOI: 10.1007/s12178-017-9394-7. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5344865/>>. Acesso em: 18 nov 2022.

FINKLER, M.; VERDI, M. I. M.; CAETANO, J. C. F.; RAMOS, F. R. S. Formação profissional ética: um compromisso a partir das diretrizes curriculares? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, 2010. DOI: 10.1590/S1981-77462010000300007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tes/a/whGR9xSPYQ5YXLpWCvQg7RH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov 2022.

FLAUZINO, J.G.P.; ANGELINI, C.F.R. O direito à saúde e a legislação brasileira: uma análise a partir da Constituição Federal de 1988 e lei orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 3, p. e9957, 2022. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9957>>. Acesso em: 18 nov 2022.

FOUCAULT, M. A História da Sexualidade 1: A vontade de saber. São Paulo: **Paz & terra**, 2015. 175 p. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Alburquerque.

FRICKER, Miranda. Group Testimony? The Making of A Collective Good Informant. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 84, n. 2, p. 249-276, 2012. DOI 10.1111/j.1933-1592.2011.00565.x. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1933-1592.2011.00565.x>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GILLIVER, A., DIMITROFF, D. Ten things dental students can do to support LGBT+ patients. **British Dental Journal Student**. v. 28, P. 18–22, 2021. DOI:10.1038/s41406-020-0172-4. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41406-020-0172-4>>. Acesso em: 18 nov 2022.

HILLENBURG, K. L. et al. LGBT Coverage in U.S. Dental Schools and Dental Hygiene Programs: Results of a National Survey. **Journal of Dental Education**, 2016; v. 80, n. 12, p. 1440-49. DOI: 10.1002/j.0022-0337.2016.80.12.tb06231.x. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/j.0022-0337.2016.80.12.tb06231.x?sid=nlm%3Apubmed>>. Acesso em: 18 nov 2022.

JARDIM, J.G. Deveriam os estudos Queer falar em cis-heteronormatividade? Reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. *In*: 2º ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, 2016 jul. 19-21; Vitória, Brasil. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; 2016. p.21.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: reflexão e crítica**, 2002. v.15, n.1, p. 165-178. DOI: 10.1590/S0102-79722002000100018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/bxYBcQWzD94mPvKZJj9c5Lt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov 2022.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13ª ed. São Paulo: **Hucitec**; 2000. 406 p.

MORETTI-PIRES, R.O.; GUADAGNIN, L. I.; TESSER-JÚNIOR, Z.C.; CAMPOS, D.A.; TURATTI, B.O. Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 2019. v.43, n. 1, suppl. 1, p. 568-578. DOI:10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190076 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/dn39DWyg4kQkVJVrYWPCn6K/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov 2022.

RAMIREZ, B. Colonialidade e cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. [Entrevista concedida a] Boris Ramírez Guzmán. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, Espanha, (III), pp. 15 – 21. 2014. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro/>>. Traduzido por: Diogo Campos da Silva. Acesso em: 18 nov 2022.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. DOI:10.36482/1809-5267.ARB2019v71i2p.51-67 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov 2022.

RUSSEL, S.; MORE, F. Addressing health disparities via coordination of care and interprofessional education: lesbian, gay, bisexual, and transgender health and oral health care. **Dental Clinics of North America**, 2016. v. 60, n. 4, p. 891-906. DOI: 10.1016/j.cden.2016.05.006. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0011853216300544?via%3Dihub>>. Acesso em: 18 nov 2022.

SILVA, L. K. M.; SILVA, A. L. M. A.; COELHO, A. A.; MARTINIANO, C. S. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 03, 2017. DOI:10.1590/S0103-73312017000300023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/HKDP7qK4mfcH5Wy9QNTf38v/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 nov 2022.

TREVISAN, J.S. Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: **Objetiva**; 2018. 726 p.

WANG, Y.; MCKEE, M.; TORBICA, A.; STUCKLER, D. Systematic Literature Review on the Spread of Health-related Misinformation on Social Media. **Social Science and Medicine**, v. 240, p. 112552, 2019. DOI: 10.1016/j.socscimed.2019.112552. Epub 18 Set 2019. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7117034/>>. Acesso em: 18 nov 2022.

WARNER, M. Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory. **Cultural politics**, v. 6. University of Minnesota Press, Minneapolis, London, 1994.

WESTGARTH, D. All things LGBTQ+ and dentistry. **British Dental Journal In Practice**. v. 34, p. 12–13, 2021. DOI:10.1038/s41404-021-0686-7. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41404-021-0686-7>>. Acesso em: 18 nov 2022.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos nessa pesquisa verificamos que ainda há uma defasagem no debate acerca da diversidade de gênero e da capacitação de como proceder o acolhimento na clínica odontológica a pessoas LGBTI+. Além disso, os discentes perceberam que a formação a respeito da saúde LGBTI+ se dava através de suas experiências e interesses pelo tema, extracurriculares. Ademais, os estudantes LGBTI+ referiram desconforto durante o curso, apontando momentos que sofreram discriminação fazendo com que o espaço universitário não fosse lido por eles como acolhedores. Esses momentos se davam tanto pelos discentes quanto pelos docentes que, estes, por muitas vezes, tinham atitudes discriminatórias para com o paciente, o que levava ao constrangimento de ambos, paciente e operador. Outrossim, os estudantes ouvidos nessa pesquisa apontam que o curso não os prepara para o atendimento ao público LGBTI+ na clínica de modo geral. Tudo isso, explicita tanto a deficiente e ineficaz estrutura de ensino a respeito da saúde LGBTI+ quanto uma estrutura acadêmica atravessada por uma lógica excludente que produz um processo de apagamento dessa população.

REFERÊNCIAS

- BONVICINI, K.A.; PERLIN, M.J. The same but different: clinician–patient communication with gay and lesbian patients. **Patient Education and Counseling**, v. 51, n. 2, p. 155-122, 2003. DOI: 10.1016/S0738-3991(02)00189-1. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738399102001891?via%3Dihub>. Acesso em: 21 nov 2022.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2013. 236 p. Tradução de: Renato Aguiar.
- ELIASON, M.; DIBBLE, S., ROBERTSON, P. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) Physicians' Experiences in the Workplace. **Journal of Homosexuality**. v. 58, n. 10, p. 1355-1371, 2011. DOI: 10.1080/00918369.2011.614902. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22029561/>. Acesso em: 21 nov 2022.
- FOUCAULT, M. A História da Sexualidade 1: A vontade de saber. São Paulo: **Paz & terra**, 2015. 175 p. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A Guilhon Alburquerque.
- KHALILI, J., LEUNG, L.B., DIAMANT, A.L. Finding the perfect doctor: identifying lesbian, gay, bisexual, and transgender-competent physicians. **American Journal of Public Health**. V. 105, n. 6, p. 1114-1119, 2015. DOI: 10.2105/AJPH.2014.302448. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4431087/>. Acesso em 21 nov 2022.
- RADIX, A.E., LELUTIU-WEINBERGER, C., GAMAREL, K.E. Satisfaction and healthcare utilization of transgender and gender non-conforming individuals in NYC: a community based participatory study. **LGBT Health**, v. 1, n. 4, p.302-308, 2014. DOI: 10.1089/lgbt.2013.0042. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26789858/>. Acesso em: 21 nov 2022.

RUTHERFORD, K., MCINTYRE, J., DALEY, A., ROSS, L.E. Development of expertise in mental health service provision for lesbian, gay, bisexual and transgender communities. **Medical Education**, v. 46, n. 9, p. 903-913, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2923.2012.04272.x>. Acesso em: 21 nov 2022.

SILVA, A.L.R. Atenção Básica à saúde da população LGBT: uma análise bioética a partir das representações sociais de trabalhadores da 54 saúde. **Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva)** – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2017.

TAYLOR, A.K., CONDRY, H., CAHILL, D. Implementation of teaching on LGBT health care. **The Clinical Teacher**. v. 15, n.2, p. 141-144, 2018. DOI: 10.1111/tct.12647. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/tct.12647>. Acesso em: 21 nov 2022.

ANEXO 1 – ATA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE ODONTOLOGIA
DISCIPLINA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ODONTOLOGIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos **23** dias do mês de **novembro** de **2022**, às **10** horas da manhã, em sessão pública em ambiente virtual via *link*: <https://meet.google.com/qwj-kgyj-wus>, na presença da Banca Examinadora presidida pelo **Professor Dr. Rodrigo Otávio Moretti-Pires** e pelos examinadores:

1 – **Professor Dr. Zeno Carlos Tesser Junior**,

2 – **Professora Me. Valeska Maddalozzo Pivatto**,

O aluno **Murilo Kazuo Iwassake** apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação intitulado: **Ensino em Odontologia e o cuidado à saúde de pessoas LGBTI+** como requisito curricular indispensável à aprovação na Disciplina de Defesa do TCC e a integralização do Curso de Graduação em Odontologia. A Banca Examinadora, após reunião em sessão reservada, deliberou e decidiu pela **aprovação** do referido Trabalho de Conclusão do Curso, divulgando o resultado formalmente ao aluno e aos demais presentes, e eu, na qualidade de presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais componentes da Banca Examinadora e pelo aluno orientando.



Documento assinado digitalmente

Rodrigo Otávio Moretti Pires
Data: 23/11/2022 11:14:07-0300
CPF: ***.985.705-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Presidente da Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente

VALESKA MADDALOZZO PIVATTO
Data: 23/11/2022 11:49:18-0300
CPF: ***.833.489-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Examinador 1



Documento assinado digitalmente

Zeno Carlos Tesser Junior
Data: 23/11/2022 11:24:19-0300
CPF: ***.985.219-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Examinador 2



Documento assinado digitalmente

Murilo Kazuo Iwassake
Data: 03/12/2022 17:52:45-0300
CPF: ***.499.261-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Aluno

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
Campus Reitor João David Ferreira Lima
Rua Delfino Conti, s/n. Bloco H. CEP 88040-900

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) Participante:

Gostaríamos de realizar o convite e obter o seu consentimento para participar da pesquisa intitulada DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS, FARMACÊUTICOS, FONOAUDIÓLOGOS MÉDICOS, NUTRICIONISTAS E ODONTÓLOGOS EM SAÚDE LGBTI+

O objetivo deste estudo é avaliar conhecimento técnico sobre saúde de pessoas LGBTI+ entre estudantes de todas as fases dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia.

Os resultados contribuirão para o entendimento da formação do grupo pesquisado, a partir da identificação dos conhecimentos técnicos que os sujeitos da pesquisa possuem sobre gênero e diversidade sexual.

A forma de participação consiste em responder um questionário online com questões fechadas e participação em grupos focais online. O nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante o sigilo e anonimato. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Não será cobrado nada e não haverá gastos.

Informamos que a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, você será ressarcido integralmente pelos pesquisadores. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. Em caso de sofrimento psíquico, ansiedade, estresse, estado mental, depressão, alterações de humor e qualquer mal-estar relacionados a saúde psíquica, será disponibilizado atendimento profissional adequado por psicóloga da área da Saúde Coletiva.

Este estudo apresenta risco mínimo, com o risco de quebra de sigilo, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, constrangimento ao se expor durante a realização dos grupos focais.

São esperados os seguintes benefícios da participação desta pesquisa: auxiliar nas reflexões sobre o processo de formação em diversidade sexual e identidade de gênero na graduação.

Gostaríamos de deixar claro que a participação é voluntária e que poderá deixar de participar ou retirar o consentimento, ou ainda descontinuar a participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza. Desde já, agradecemos a atenção e a participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Li e concordo em participar da pesquisa.

É importante guardar uma cópia impressa deste consentimento. Caso prefira, nos avise que podemos também te enviar por e-mail.

Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador.



Documento assinado digitalmente
Rodrigo Otávio Moretti Pires
Data: 10/12/2020 19:13:08-0300
CPF: 264.986.708-60

(responsável)

Os pesquisadores se comprometem a cumprir todas as exigências da resolução 466/12 e em caso de

dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Profº Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires

FONE: (048) 3721-4869/ E-MAIL: rodrigo.moretti@ufsc.br

Av. Delfino Conti, s/n. Bloco H. , Florianópolis - SC, 88040-900

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC)

Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401. Trindade, Florianópolis – SC. 88040-400

O CEPSC é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

ANEXO 3 – QUESTÕES NORTEADORAS GRUPO FOCAL

Questão norteadora: *Gostaria que vocês relatassem o que aprenderam sobre saúde da população LGBTI+ durante o seu curso de graduação...*

1. *Gostaria que relatassem o que recordam das práticas clínicas sobre pacientes LGBTI+...*
2. *Gostaria que relatassem o que recordam das disciplinas que tiveram exemplificações de saúde LGBTI+...*
3. *Gostaria que relatassem como as pessoas LGBTI+ são retratadas pelos(as) colegas de graduação...*
4. *Gostaria que relatassem como as pessoas LGBTI+ são retratadas pelos(as) professores (as) de graduação...*
5. *Gostaria que relatassem como vocês identificam e/ou foram instruídos a identificar pacientes LGBTI+...*
6. *Gostaria que relatassem como avaliam os conhecimentos técnicos que possuem sobre saúde da população LGBTI+...*

ANEXO 4 – Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.425.293

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1642640.pdf | 06/11/2020 00:05:02 | | Aceito |
| Outros | CARTA_DE_RESPOSTAS_AS_PENDENCIAS.docx | 06/11/2020 00:04:24 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETO_DE_PESQUISA_LGBTI_REVISADO_CEP.docx | 05/11/2020 23:59:58 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TERMO_DE_ASSENTIMENTO_MENOR_DE_IDADE.docx | 05/11/2020 23:59:44 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_MENOR_DE_IDADE.docx | 05/11/2020 23:59:33 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.docx | 05/11/2020 23:59:24 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |
| Declaração de concordância | temo_anuencia.pdf | 05/10/2020 10:07:21 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |
| Folha de Rosto | Folhaderosto_CEP_Projeto_Avaliacap_Saude_LGBTI_Rodrigo_Moretti_assinado assinado.pdf | 05/10/2020 10:01:07 | RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 27 de Novembro de 2020

Assinado por:
Maria Luiza Bazzo
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.425.293

poderá ser solicitada indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. Em caso de qualquer mal-estar relacionados a saúde psíquica, será disponibilizado também atendimento profissional adequado por psicóloga da área da Saúde Coletiva, pesquisadora do EPICENES - Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde. A participação será voluntária e será possível deixar de participar ou retirar o consentimento, ou ainda descontinuar a participação em qualquer momento, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza.

Benefícios:

Estima-se que contribuirá para reorientar a formação em saúde sobre a população LGBTI+. Essas discussões também acontecem no Núcleo de Estudos em Gênero e Saúde - EPICENES.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área de conhecimento a que se destina. Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do estudante Maikon Leiria. Apensa os documentos para tramitação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

solicita-se que no TCLE seja retirado a informação sobre o RG do participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclusão: Aprovado

Pendências emitidas anteriormente resolvidas:

1. Documento Folha de rosto: readequada, sem pendências.
2. Documento TCLE - ajustado conforme solicitação com a inclusão da finalidade do CEPSh.
3. Documento Projeto original:ajustado a Resolução de ética em pesquisa a ser seguida compatibilizando com o TCLE.
4. Solcitação de esclarecimento sobre a inclusão de indivíduos menores de 18 anos - informado de que poderão ser incluídos indivíduos neste segmento etário - e feita a inclusão do termo de Assentimento para esta população. TALE adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.425.293

graduação do primeiro ao último semestre. Também serão realizados outros grupos focais sobre conhecimento técnico em saúde LGBTI+." Critério de Inclusão: Ser estudante dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina, que aceitem participar da pesquisa através da assinatura digital do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Critério de Exclusão: Serão excluídas as participações que não se enquadrem nos critérios estabelecidos, bem como os questionários preenchidos de forma incompleta. Hipótese: Existe insuficiência de conhecimento técnico sobre saúde da população LGBTI+ entre estudantes dos cursos da área da saúde.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar conhecimento técnico sobre saúde de pessoas LGBTI+ entre estudantes de todas as fases dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia.

Objetivo Secundário:

Identificar conhecimento dos estudantes sobre identificação de pacientes/usuários(as) LGBTI+ no atendimento clínico. Analisar a percepção dos estudantes sobre as experiências de gênero e sexualidade nos seus cursos de graduação. Identificar conhecimento dos estudantes sobre manejo clínico de pacientes/usuários(as) LGBTI+

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Este estudo apresenta risco mínimo, com o risco de quebra de sigilo, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre o conhecimento técnico sobre saúde de pessoas LGBTI+. Por se tratar também de um grupo focal com demais participantes, a realização dele poderá suscitar desconforto e até mesmo estresse emocional. Em face a qualquer dessas ou outras situações que possam decorrer do referido processo, nos comprometemos em mediar as discussões e/ou se houver necessidade a interromper a realização do grupo. Os participantes serão informados que a legislação brasileira não permite qualquer compensação financeira pela participação em pesquisa. Será ressaltado também que não ocorrerá nenhuma despesa advinda dessa participação, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, o participante será ressarcido integralmente pelos pesquisadores. Caso ocorra algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS, FARMACÊUTICOS, FONOAUDIÓLOGOS MÉDICOS, NUTRICIONISTAS E CIRURGIÕES DENTISTAS EM SAÚDE LGBTI+

Pesquisador: RODRIGO OTÁVIO MORETTI PIRES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39242920.1.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.425.293

Apresentação do Projeto:

Trata o presente parecer da apreciação de resposta às pendências relativas ao projeto de pesquisa sob responsabilidade do prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires com o seguinte desenho metodológico: " pesquisa que utilizará a internet para aplicação

de questionários estruturados e realização de grupos focais com graduandos de todas as fases dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia da UFSC. A coleta de dados da parte quantitativa será realizada através do questionário aos participantes, também como traçar o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa. O questionário será auto aplicado, com 40 questões sobre conhecimentos técnicos, 5 questões confirmatórias que são indicadas para descartar possíveis respostas automatizadas. Também contará com 14 questões sobre perfil sociodemográfico dos participantes. Serão enviados pelas respectivas coordenações dos cursos de graduação aos sujeitos da pesquisa por correio eletrônico (e-mail) em forma de convite que conste uma breve apresentação da pesquisa e o link do formulário (questionário) a responder. Os Grupos Focais online serão realizados com um moderador e um observador. A natureza qualitativa da pesquisa se dará a partir dos grupos focais online que serão realizados com os sujeitos da pesquisa. Um grupo focal inicial será realizado com o objetivo de avaliar a percepção dos estudantes sobre o questionário, com a finalidade de conhecer a clareza da linguagem do instrumento para alunos de

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO 5 – Formulário de Triagem de Graduandos para Pesquisa

20/11/2022 17:40

Triagem Projeto:

Triagem Projeto:

"AVALIAÇÃO DE FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS, FARMACÊUTICOS, FONOAUDIÓLOGOS MÉDICOS, NUTRICIONISTAS E ODONTÓLOGOS EM SAÚDE LGBTI+"

***Obrigatório**

1. Nome: *

2. Contato whatsapp: *

3. Contato email:

4. Em relação a raça/cor/etnia, como você se autodeclara? *

O preenchimento do campo denominado raça, cor, etnia respeitou o critério de autodeclaração, em conformidade com a classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Marcar apenas uma oval.

Branco

Preto

Pardo

Amarelo

Indígena

Outra

20/11/2022 17:40

Triagem Projeto:

5. Você se identifica como: *

Marcar apenas uma oval. Homem/Mulher Cis Hétero Pessoa LGBTQ+

6. Curso da Saúde em que está matriculado(a): *

Marcar apenas uma oval. Enfermagem Fonoaudiologia Medicina Nutrição Odontologia

7. Sigla da Instituição: *

ex: UFSC para Universidade Federal de Santa Catarina

8. Confirmo estar cursando uma fase acima ou igual ao sétimo semestre do meu curso: *

Marcar apenas uma oval. Sim Não

Obrigado pela sua resposta! Entraremos em contato contigo o mais breve possível!
Não esqueça de submeter a sua resposta clicando no botão ENVIAR abaixo.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

ANEXO 6 – Termo de Anuência

TERMO DE ANUÊNCIA

Prezada Sra. Profª Dra. Glaucia Santos Zimmermann, coordenadora do curso de Odontologia.

Venho por meio deste solicitar a autorização desta coordenação para realização da pesquisa intitulada *Desenvolvimento de instrumento de avaliação de formação de Enfermeiros, Farmacêuticos, Fonoaudiólogos Médicos, Nutricionistas e Odontólogos em saúde LGBTI+*, sob minha responsabilidade.

A pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós em Saúde Coletiva da UFSC tem como objetivo Avaliar conhecimento técnico sobre saúde de pessoas LGBTI+ entre estudantes de todas as fases dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição e Odontologia e prevê a realização da seguinte etapa metodológica: serão aplicados questionários online (via e-mail) sobre conhecimentos técnicos em saúde da população LGBTI+. Também serão realizados grupos focais online, um para avaliação do questionário e outros para avaliação dos conhecimentos técnicos dos estudantes.

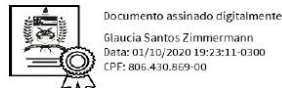
Informo também que o projeto de pesquisa será avaliado pelo Comitê de Ética via Plataforma Brasil e que a pesquisa só será iniciada após a sua aprovação por este comitê.



Rodrigo Otávio Moretti Pires
Pesquisador Responsável

Declaro estar de acordo com a realização da pesquisa no âmbito desta instituição, desde que aprovada pelo comitê de ética.

Florianópolis, 01/10/2020



Coordenação do curso de Odontologia.